



INFORMATIVO

O TUIUTI



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRS)**

2026 – 16 de maio

520 anos da confirmação e aprovação do Tratado de Tordesilhas – 500 anos da descoberta do Rio São Francisco – 470 anos da morte de Santo Ignácio de Loyola – 410 anos da fundação do Forte do Presépio, futura Santa Maria de Belém do Grão Pará – 400 anos da travessia do Rio Uruguai pelo padre Roque Gonzalez de Santa Cruz – 350 anos da instalação do Bispado do Rio de Janeiro – 350 anos do início da fundação de Laguna, hoje SC – 330 anos da fundação da Escola de Artilharia e Arquitetura Militar em Salvador – 300 anos da fundação da Ilha do Desterro, hoje Florianópolis e de Fortaleza, CE – 250 anos da retomada da Vila de Rio Grande aos espanhóis – 230 anos do 2º Tratado de Santo Ildefonso – 220 anos do Bloqueio Continental imposto por Napoleão – 210 anos da Campanha da Cisplatina – 200 ano do falecimento da Imperatriz Dona Leopoldina – 190 anos da Proclamação da República Riograndense – 170 anos da mudança de nome da cidade de Barra do Rio Negro para Manaus – 160 anos da invasão do Paraguai pela Tríplice Aliança, Batalha de Tuiuti e morte de Antônio de Sampaio – 140 anos de falecimento de Mallet – 120 anos da reformulação das FA e da regulamentação do Serviço Militar Obrigatório – 110 anos do final da Guerra do Contestado – 80 anos da Primeira Assembleia Geral da ONU.

2026

Maio

Nº 506

QUEM FOI HONÓRIO LEMES DA SILVA?

Contribuição do Membro-Efetivo Emílio Joaquim de Oliveira Júnior

Honório Lemes da Silva (1864-1930), imortalizado como o "Leão do Caverá"*, é uma das figuras mais emblemáticas da história militar e política do Rio Grande do Sul. Sua trajetória é o símbolo máximo da resistência federalista e da luta contra o governo de Borges de Medeiros.

Aqui estão os pontos centrais para entender sua importância:

1. Origens e o Apelido

Nascido na região de Barro Vermelho, Cachoeira do Sul, Honório era um homem do campo, filho de tropeiros, um tropeiro e pequeno produtor rural, que conhecia profundamente a geografia do pampa. O apelido "Leão do Caverá" surgiu devido à sua base de operações na Serra do Caverá, uma região de difícil acesso entre Rosário do Sul, Alegrete e Santana do Livramento. Ali, ele utilizava o terreno acidentado, de seu conhecimento pelas tropeadas, para treinar e realizar táticas de guerrilha que frustravam as tropas governamentais, muito mais numerosas e equipadas.

2. Atuação nas Revoluções

Honório Lemes foi um "general sem farda", cujas principais participações ocorreram em três momentos cruciais:

- > Revolução Federalista (1893-1895): iniciou sua trajetória combatendo ao lado dos "maragatos" contra os "pica-paus" (republicanos).
- > Revolução de 1923: foi o principal líder militar da oposição contra a quinta reeleição de Borges de Medeiros. Foi neste conflito que sua lenda se consolidou, enfrentando as forças da Brigada Militar com estratégias de mobilidade extrema (há quem defina com o termo do emprego de táticas de guerrilha).
- > Revolução de 1924: participou dos levantes tenentistas no Rio Grande do Sul, mantendo a chama da oposição acesa.

3. Ética e Ideologia

Diferente de muitos líderes de sua época, Honório Lemes era conhecido por uma conduta ética rígida e por princípios democráticos. Ele não lutava por cargos, mas por reformas políticas. Duas frases e conceitos são frequentemente associados a ele:

- "Quero leis que governem homens e não homens que governem leis".
- "A liberdade não se implora de joelhos, conquista-se de pé e de armas na mão".

O Desprezo pelo Poder: ao fim dos conflitos, ele costumava retornar à lida do campo, recusando honrarias ou postos políticos permanentes.

Justiça e Leis: sua luta era fundamentada na busca por eleições limpas e pelo fim do domínio oligárquico. Uma de suas máximas célebres reflete esse espírito, já citada: "Quero leis que governem homens e não homens que governem leis".

4. O Legado Cultural

Honório Lemes transformou-se em um mito do folclore gaúcho. Ele representa o gaúcho indômito, que valoriza a liberdade acima da própria segurança. Sua figura é celebrada em músicas nativistas, poesias e monumentos espalhados pela região da Campanha, sendo considerado um herói por aqueles que defendem o ideal de descentralização do poder e justiça social no campo.

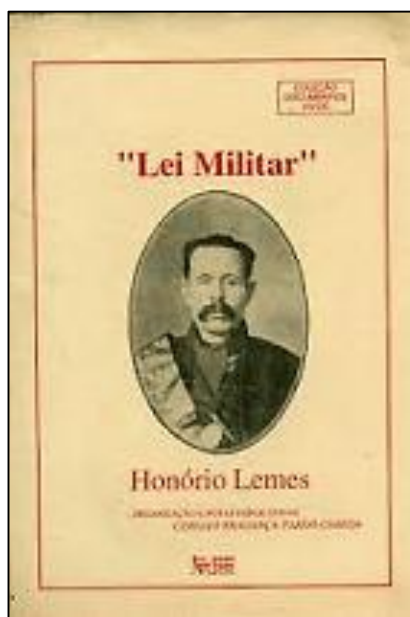
5. Curiosidade Histórica

Apesar de ser um guerreiro temido, registros históricos apontam que Honório era extremamente humano com seus subordinados e até com prisioneiros, proibindo a prática comum da "degola" em suas colunas, o que o diferenciava de outros comandantes mais sanguinários da fronteira.

6. Notas do Editor

Honório Lemes, em 1925, em ação inserida no Movimento Tenentista, contrário, portanto, aos governos federal e estadual, invadiu o RS com 300 maragatos pela região de Porteira, situada mais ou menos a 40 km de Santana do Livramento. Neste contexto, foi combatido por tropas legalistas comandadas pelo General Honorário José Antônio Flores da Cunha e por Oswaldo Euclides de Souza Aranha. Acossado entre o Passo da Conceição e o chamado Banhado das Marrecas, região próxima a

Rosário do Sul, acabou por render-se em 8 de outubro daquele ano. Na época da monarquia, Honório foi filiado ao Partido Liberal mas, na República, aderiu ao Partido Federalista. Nesta, lutou em 1893 nas fileiras revolucionárias do Coronel Manoel Machado Soares, vulgo Maneco Machado, que atuava na região da Serra do Caverá. Maneco, antes de Honório, já era chamado de "Leão do Caverá". Na Revolução de 1923, lutou em toda a fronteira oeste do RS conduzindo ações de guerrilha (sobre o lombo do cavalo) que atingiram o perímetro delimitado por Uruguaiana, Alegrete, Rosário do Sul, São Gabriel, Dom Pedrito, Santana do Livramento e Quaraí. Lutou também na região das Missões. Voltando a Honório Lemes, o Pacto de Pedras Altas, que selou o fim da Revolução de 1923, não caiu no gosto dele. E então, em 1924, no contexto das colunas de Luiz Carlos Prestes no RS e na de Miguel Costa (SP), aderiu à primeira e deflagrou-se então a rebelião a partir de outubro. Esta, foi promovida por Isidoro Dias Lopes, Zeca Netto, Felipe Portinho e Honório, entre outros. As tropas de Lemes foram derrotadas em Guaçu-Boi, Alegrete, e refluíram para a Serra do Caverá (Rosário) e depois para o Cerro da Conceição (Livramento). Nesta região, sua força foi vencida pelas tropas da Brigada Militar do RS. Emigrando para o Uruguai, Honório ainda voltou ao RS no ano seguinte, 1925, em nova rebelião. Suas tropas, de 100 homens, invadiram o RS mas, falta em armas e munições, aguardou o apoio logístico de outras colunas que, afinal, não chegou. Honório foi cercado por Flores da Cunha no Passo da Conceição e se rendeu com todo o seu efetivo. Foi recolhido à prisão em Porto Alegre onde permaneceu durante um ano e oito meses. Em 14 de junho de 1927, beneficiado por um Habeas-Corpus do STF, foi libertado e se recolheu às atividades privadas. Era homem de pouca instrução, mas dotado de aguda inteligência e habilidade guerreira, principalmente nas táticas de guerrilha. Mesmo carente das letras, deixou um pequeno livreto chamado Lei Militar (imagem da capa abaixo), com organização e notas explicativas de Coralio Bragança Pardo Cabeda e apresentação de Carlos Reverbel. Honório Lemes da Silva faleceu em 30 de setembro de 1930 no 2º distrito de Rosário do Sul contando 66 anos de idade.



LEMES, Honório. Lei Militar. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1993.



Observação: diversos autores se debruçaram sobre a vida e sobre o legado de Honório Lemes. Obras que estão à disposição nas bibliotecas e à venda nas livrarias.



@@

Nelson Francisco During, Editor

Em qualquer democracia sólida, as Forças Armadas ocupam um lugar singular: são instituições de Estado, não de governo, e sua legitimidade repousa na disciplina, na hierarquia e na estrita observância de sua missão constitucional. Nesse contexto, a exposição contínua de comandantes militares a provocações públicas, tentativas de desmoralização ou disputas políticas não é apenas inadequada — é potencialmente danosa ao equilíbrio institucional do país.



Independentemente de concordâncias ou divergências pessoais com determinado comandante, é preciso reconhecer que sua autoridade não é um atributo individual, mas uma função institucional. Ao atacar ou ridicularizar essa posição, não se atinge apenas uma pessoa, mas a própria estrutura de comando que sustenta o funcionamento das Forças Armadas. E essa estrutura não é simbólica: ela é a base que garante coesão, prontidão e capacidade operacional.

Nesse sentido, episódios em que autoridades políticas ultrapassam esse limite merecem atenção redobrada. Atacar publicamente a figura do Comandante do Exército, inclusive no âmbito do próprio Parlamento, chegando ao ponto de qualificá-lo de forma depreciativa, é um ato grave. Não importa de que lado do espectro político venha tal manifestação

— esse tipo de conduta não é tolerável, pois pode provocar reações de igual ou até maior intensidade, com impactos institucionais indesejados.

É natural que civis tenham opiniões pessoais sobre comandantes das Forças Armadas. Isso faz parte da liberdade de expressão em uma sociedade democrática. No entanto, há uma diferença clara entre opinião e tentativa de desmoralização. Quando essa linha é cruzada, especialmente por quem ocupa cargo político, o que está em jogo deixa de ser apenas uma crítica individual e passa a configurar um ataque à própria instituição — uma estrutura secular construída sobre os pilares da hierarquia e da disciplina.

A história demonstra que a quebra desses pilares, ainda que de forma gradual e indireta, abre espaço para instabilidade. Comentários públicos irresponsáveis, tentativas de politização da imagem militar ou pressões externas sobre decisões internas podem gerar reações — muitas vezes silenciosas, mas cumulativas — dentro das fileiras. Em instituições que dependem da confiança vertical e da clareza de comando, qualquer ruído pode ter efeitos amplificados.

Por isso, manter as Forças Armadas fora do debate político não é uma concessão corporativa, mas uma necessidade republicana. A politização das instituições militares fragiliza tanto a própria instituição quanto o sistema democrático. Quando militares passam a ser vistos — ou tratados — como atores políticos, perde-se a clareza de papéis e abre-se espaço para ambiguidades perigosas.

Esse afastamento do debate político também protege os próprios militares. Ao não serem arrastados para disputas ideológicas ou partidárias, preservam sua credibilidade, sua coesão interna e sua capacidade de cumprir sua missão com profissionalismo. A neutralidade, nesse caso, não é omissão — é uma escolha estratégica em favor da estabilidade.

Da mesma forma, tentativas de desgastar ou desonrar a imagem das Forças Armadas são contraproducentes. Em vez de fortalecer o debate público, criam tensão, alimentam desconfiança e podem provocar reações desnecessárias, tanto dentro quanto fora dos quartéis. O resultado não é mais transparência ou controle civil, mas um ambiente de atrito institucional que enfraquece o país como um todo.

Isso não significa que as Forças Armadas estejam acima de críticas. Em uma democracia, todas as instituições devem ser passíveis de escrutínio. No entanto, há uma diferença fundamental entre crítica responsável — baseada em fatos, respeitosa e orientada ao interesse público — e ataques que buscam apenas provocar, deslegitimar ou instrumentalizar.

O Brasil precisa preservar esse equilíbrio. Respeitar a hierarquia militar, evitar sua politização e manter um diálogo institucional responsável não são sinais de fraqueza democrática, mas de maturidade. Afinal, a solidez das Forças Armadas reflete diretamente na solidez do próprio Estado — e proteger essa base é proteger a nação.

A Fazenda onde o Duque de Caxias faleceu

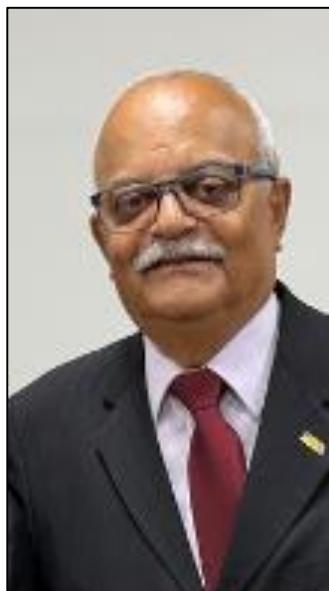
(Fonte: facebook, em contribuição do Membro-Efetivo Cel Emílio Joaquim)



Em 5 de janeiro de 1878, então contando 75 anos, o Duque de Caxias recolheu-se à Fazenda Santa Mônica (acima), em Vassouras, às margens do rio Paraíba do Sul, aos cuidados de sua filha mais velha, a Baronesa de Santa Mônica.

O chamado Solar Duque de Caxias na verdade é o Solar Nogueira da Gama e é a sede da Fazenda Santa Mônica, em Valença, Rio de Janeiro.

A História da Fazenda começou com Manoel Jacintho Nogueira da Gama, o Marquês de Baependy, mais especificamente, quando ele recebeu de D. João (Príncipe Regente) enormes extensões de terras pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul em 1814.



O Marquês de Baependy e seus herdeiros cultivaram parte dessas terras através de três grandes fazendas: Santa Mônica, Santana e Paraíso, além dos sítios Papagaio e Desengano Feliz. Fizeram de Santa Mônica uma verdadeira empresa agrícola, onde trabalhavam quase 700 escravos, juntamente com feitores, capatazes e outros profissionais.

Quando da abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Marquês de Baependy exilou-se em Santa Mônica, período em que, provavelmente, deu início à construção do principesco solar, só inaugurado muito tempo depois. Com seu casamento com Dona Francisca Mônica, em 1809, o Marquês foi admitido na seleta aristocracia fluminense. Baependy faleceu em 1847 no Rio de Janeiro, deixando grande fortuna para a esposa e os filhos. No ano seguinte, hospedou-se na fazenda o imperador D. Pedro II, que aí esteve especialmente para prestar condolências à Marquesa, retornando à fazenda em 1865, 1876 e 1881.

Com a morte da Marquesa, em 1869, a Fazenda Santa Mônica foi herdada pelo filho Manoel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, o Barão de Juparanã, que antes de falecer, em 1876, deu liberdade a 56 de seus escravos. O Barão de Juparanã deixou Santa Mônica a seu irmão e sócio Francisco Nicolau, futuro Barão de Santa Mônica. Este era casado com a prima, Dona Luíza Loreto Vianna de Lima e Silva, filha mais velha do Duque de Caxias.

Nesta ocasião, conforme dito no primeiro parágrafo, em 5 de janeiro o Duque de Caxias mudou-se para a Fazenda, a fim de afastar-se da vida pública e tratar da saúde. Muito idoso, então com 77 anos, faleceu no dia 7 de maio de 1880 às 2030 h, assistido pela filha. Mas ainda tomou e decidiu várias medidas e providências até ser exonerado das funções de Ministro da Guerra em 1º de maio. Continuou nos encargos de Senador pelo Rio Grande do Sul.

Neste último período como Ministro, Caxias:

- adotou o modelo de fuzil Comblain para a Infantaria;
- adotou a clavina Spencer (retrocarga) para a Cavalaria;
- definiu o Sistema do Serviço Militar;
- melhorou, em geral, o ensino militar;
- recuperou os hospitais militares;
- recuperou o Laboratório Químico-farmacêutico; e, entre outras medidas
- recuperou a Coudelaria Militar.

Logo após a morte do sogro, Francisco Nicolau, a fazenda atravessou grandes dificuldades com a derrocada do café. Sem alternativa, ela foi hipotecada, em 24 de novembro de 1884, a Fazenda e mais o Palacete do Duque de Caxias, na Tijuca, ao cunhado, o Visconde de Ururay.

Após a morte do Barão de Santa Mônica, em 1885, os credores executam a hipoteca e a fazenda é transferida ao Banco do Brasil. Em 1912, é adquirida pelo Governo Federal, através do Ministério da Agricultura, em cuja posse mantém-se até os dias atuais. Hoje denominada "Campo Experimental Fazenda Santa Mônica", foi absorvida em 1975 pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), sendo vinculada ao CNPGL (Centro Nacional de Pesquisa Agropecuária de Gado Leiteiro).

~~~~~

**Vivaldo José Breternitz (\*)**



Sua vida foi marcada pelo envolvimento em diversos conflitos na África, e, principalmente, pelo papel central que desempenhou na vida das Ilhas Comores, um país situado na costa oriental daquele continente. É o quarto menor país africano em área territorial e tem cerca de 800 mil habitantes.

Sua carreira como mercenário começou no início da década de 1960, durante a secessão da província de Katanga, no Congo. Nos anos seguintes, esteve presente em conflitos no lêmén, Angola, Gabão, Nigéria e Rodésia, hoje Zimbábue.

**Bob Denard ao lado do ditador do Congo, Mobutu Sese  
Seko**

O auge de sua carreira ocorreu nas Ilhas Comores, onde, entre 1975 e 1995, Denard participou de quatro golpes de Estado. Em 1978, depôs o presidente Ali Soilih e recolocou Ahmed Abdallah no poder, tornando-se comandante da guarda presidencial e verdadeiro homem forte do país.

entanto, quase sempre esteve ligada aos interesses do governo francês em suas ex-colônias, operando muitas vezes com apoio de Paris.



O ideário da AIB era bastante ambíguo, o que possibilitou – e não por acaso - várias leituras de seus pontos programáticos. A religião, juntamente com a pátria e a família, seriam os pilares da nova sociedade, cujos valores deveriam substituir as divisões político-partidárias ou de classe. Também os apelos moralistas eram muito fortes. Consideravam a democracia como responsável por todos os males do país, precisando ser combatida – por isso era necessário um Estado forte e antiliberal e daí também as propostas de obediência cega ao chefe e a absoluta hierarquização da sociedade.

## Referências

~~~~~

Fonte: Clube Militar

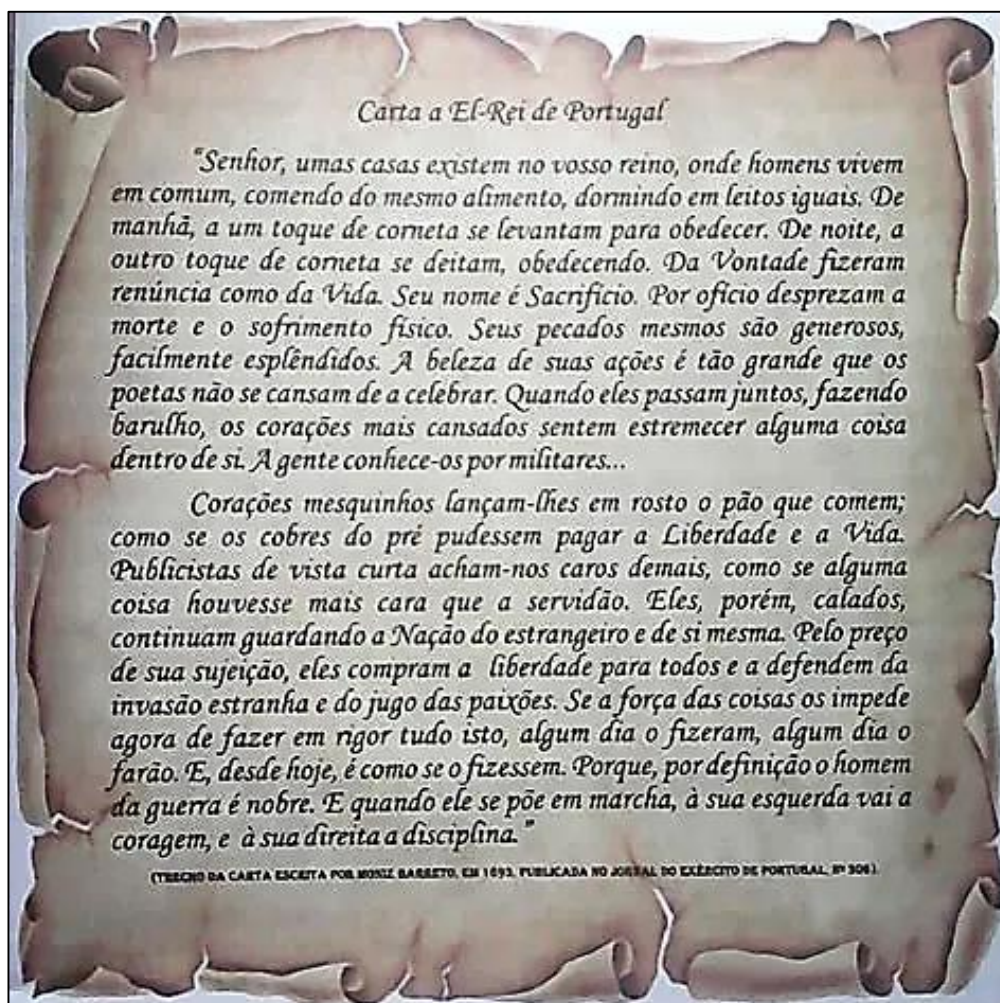
³ LEVINE, Robert, *O regime de Vargas, 1934-38*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 132-133

⁴ CARNEIRO, Glaucio, *História das Revoluções Brasileiras*, vol. 2. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. p. 139

⁵ Idem, p. 441

⁶ Idem, p. 443

contato com as tropas **brasileiras** e impressionou-se com a abnegação e vocação daqueles comprometidos profissionais. Ao Rei de Portugal, Dom Carlos I, em 1893, escreveu a seguinte carta na qual assim retratou os militares em geral, portugueses e brasileiros (Nota do Editor: Brasil República e independente desde 1822, portanto há 71 anos, em relação à carta):



#####

MARECHAL JOSÉ PESSOA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE – Soldado da Pátria

Pesquisa (1) do General de Brigada Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

O Marechal José Pessoa (1885-1959) destacou-se pela visão prospectiva, antecipando-se aos desafios e necessidades do Exército que viriam após a Primeira Grande Guerra.

Na guerra, representou o Brasil e o Exército Brasileiro servindo como tenente comandante de pelotão no Exército Francês onde, após ser promovido a capitão, assumiu o comando de um esquadrão e recebeu condecorações da França e da Bélgica por bravura em campanha.

Contraiu tifo ao final do conflito e foi internado num hospital de campanha onde conheceu a enfermeira inglesa da Cruz Vermelha, Blanche Mary Edward, com quem se casou.

Idealizou a Escola Militar de Resende, hoje Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Sobre a Missão do Oficial disse:

“Não ides, na nova Escola de Resende, contribuir para a formação da mentalidade de uma casta à parte, arrogante e dominadora [e] sim para a constituição do quadro de Oficiais que se arrogam o privilégio único de servir ao Brasil”.

Sobre a Profissão:

“A limitação está na sua mente, não no seu corpo”.

Sobre os Militares:

(Que) deviam ser técnicos e líderes modernos, sem envolvimento na política partidária, e defendia que a real política militar era a do desenvolvimento e da defesa nacional.



O Marechal teve papel fundamental e pioneiro na implantação de Brasília como principal responsável pela localização, planejamento inicial e estudo técnico da nova capital, antes mesmo do concurso vencido por Lúcio Costa (visão geral criada por IA).

Comissão de Localização (1954-1956). Convidado pelo Presidente Café Filho, assumiu a presidência da Comissão de Planejamento e Localização da Nova Capital Federal e foi responsável pela escolha do local exato, liderando a equipe que tomou posse da área (1955).

Encomendou estudos aos urbanistas Raul Penna Firme, José de Oliveira Reis e Roberto Lacombe. O projeto, batizado de Vera Cruz, tinha conceitos similares aos de Lúcio Costa, incluindo dois eixos cruzados, o futuro Lago Paranoá e quadras residenciais organizadas.

Liderou a elaboração do relatório Nova Metrópole do Brasil, que definiu as redes de esgoto, abastecimento de água (rio São Bartolomeu) e energia (rio Corumbá).

Tentou antecipar as desapropriações de terras para evitar a especulação, problema na implantação da cidade.

Em março de 1956, renunciou ao cargo por discordar da pressa na venda de lotes antes da aprovação definitiva do plano urbanístico, prevendo riscos de ocupação desordenada, conforme apontado em relatório.

JK foi o principal executor da obra, mas o ínclito Marechal Pessoa preparou os alicerces técnicos e o planejamento inicial, sendo considerado por alguns historiadores como o "projetista" ou "pioneiro" da capital, cuja contribuição é reconhecida pelo Exército, ao resgatar sua atuação na criação de Vera Cruz e no planejamento de Brasília.

O Marechal exemplificou profissionalismo militar, dedicação ao Brasil e crença no contínuo aperfeiçoamento da formação e preparação superior dos oficiais do Exército.

(1) Fontes: Pensamentos do Marechal José Pessoa Cavalcante Sobre a AMAN, o Exército e o Brasil, há 66 anos, texto do Coronel Claudio Moreira Bento, Historiador Militar; e pesquisa na Internet.

Editor: Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Inf EM Veterano,
Presidente da AHIMTB/RS (lecaminha@gmail.com);

Sites: www.ahimtb.org.br e www.acadhistoria.com.br;

Site do Núcleo de Estudos Estratégicos do CMS: www.nee.cms.eb.mil.br;

Blog da Delegacia da FAHIMTB/RS em Recife, PE - Delegacia Heróis de

Guararapes: <http://historiapatriota.blogspot.com>